



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
III INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESG/IPCA

**IMPACTO NO TURISMO DA REGIÃO DEMARCADA DO ALTO DOURO
VINHATEIRO, APÓS A CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DA
HUMANIDADE PELA UNESCO**

Carlos Sousa

Instituto Politécnico de Bragança
e-mail: cafsousa@net.sapo.pt

Ana Paula Monte

Instituto Politécnico de Bragança & NECE
e-mail: apmonte@ipb.pt

Paula Odete Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança & NECE
e-mail: pof@ipb.pt

ABSTRACT

Com o presente trabalho pretendeu-se analisar o impacto no turismo, após a atribuição de classificação de Património Mundial da Humanidade, por parte da UNESCO, à região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro (ADV). O estudo recaiu sobre o cálculo de alguns indicadores da atividade turística, para o período de 1995-2009. Os resultados obtidos revelaram que se registaram aumentos pouco significativos. Assinalar a variação acentuada entre 1998 e 2000 que poderá estar associada ao evento da EXPO98 e à forte divulgação que o país sofreu nesse evento; na oferta, entre 1999 a 2003, poderá estar relacionado com a classificação da região pela UNESCO; na procura, o índice de preferência mostrou que o ADV ainda não é o destino preferido pelos turistas. A partir de 2005 os indicadores sofrem uma variação positiva mais significativa, resultado provável de um trabalho de maior divulgação desenvolvido pelas entidades locais e pelo próprio Turismo de Portugal.

Palavras-chave: Turismo; Procura e Oferta Turística; Património Mundial da Humanidade; Região do Alto Douro Vinhateiro (ADV).



INTRODUÇÃO

A região do Alto Douro Vinhateiro (ADV) é uma região diversificada em termos físicos e socioeconómicos, colocando à disposição do turista que a visita, uma série de recursos e produtos turísticos que, constituem uma imagem forte e de elevado potencial turístico, que passa pelo vinho, pelo rio Douro, pela paisagem singular existente, pela natureza, pela segurança, tranquilidade e bem-estar e pelo património histórico e cultural. Como tal, tendo uma região com esta riqueza, tem-se assistido a um desenvolvimento de esforços no sentido de uma maior divulgação e promoção da mesma, por parte das entidades oficiais locais e nacionais, entidades ligadas ao Douro. Pretende-se que este esforço se direcione para a criação de infraestruturas turísticas e manutenção das existentes de modo a impulsionar o setor do turismo, que cada vez mais se tem colocado como uma fonte de desenvolvimento económico da região. Uma das medidas criadas para a afirmação do Douro, não só a nível nacional mas também internacional, foi a candidatura para a classificação da região do ADV a Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO. Classificação essa que ocorreu a 14 de Dezembro de 2001 tendo-se, a partir daí, assumido o compromisso de definir um conjunto de medidas de ordenamento e gestão do território, de qualificação e valorização ambiental, que servisse de alavanca para uma série de alterações para o desenvolvimento da região em termos da atividade económica do setor do turismo.

Neste contexto, pretende-se com o presente trabalho perceber este fenómeno do turismo, numa região tão rica em termos sociais, culturais, históricos e económicos, como é a região demarcada do ADV. Analisar, ainda, se a atribuição da classificação de Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO, à região do ADV, trouxe um desenvolvimento significativo à economia da região e mais concretamente ao setor do turismo existente na região. Para tal, recolheram-se dados estatísticos, possíveis, para que se pudesse perceber quais as vantagens e desvantagens que se obtiveram com a classificação de Património Mundial da Humanidade, se as estratégias de atuação em relação ao turista foram alteradas após essa classificação e se foram as mais adequadas, ou seja, se estão de facto, no caminho certo para acompanharem as novas exigências do mercado turístico.

Para dar resposta ao principal objetivo do presente estudo, o mesmo encontra-se estruturado nos seguintes pontos: após esta introdução e no primeiro ponto, caracteriza-se a região do ADV, ao nível do enquadramento do património histórico, cultural e da classificação de Património Mundial da Humanidade; no segundo ponto vai analisar-se o turismo no ADV, caracterizando-se a procura, a oferta, as potencialidades da região a nível turístico, avaliando o ADV como destino turístico; posteriormente, no terceiro ponto, pretende-se analisar o impacto da classificação de Património Mundial da Humanidade, calculando-se alguns indicadores macroeconómicos; por último apresentam-se as conclusões mais relevantes do presente estudo e apontam-se algumas sugestões de intervenção que permitam sensibilizar os agentes oficiais locais e nacionais para o desenvolvimento sustentado da região tirando partido desta classificação atribuída pela UNESCO.



A REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO, ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

O Alto Douro Vinhateiro (ADV) é a região vitivinícola demarcada e regulamentada mais antiga do mundo. A sua origem remonta a 1756, ano em que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, fundou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ou mais simplesmente, Real Companhia Velha, com sede no Porto. Esta empresa teve, entre as suas primeiras funções, a demarcação do Alto Douro e a regulamentação do vinho de embarque, vinho do Douro ou como ficou designado desde o século XVII, Vinho do Porto (Sousa, 2002). Mais recentemente, em 2001, mais propriamente em 14 de Dezembro de 2001, uma pequena parte do Alto Douro, ao longo do rio Douro, foi classificada pela UNESCO, como Património Mundial da Humanidade (Sousa, 2002).

ADV é uma área de território classificada que integra o vale do rio Douro, que nos extremos já é considerado Património Mundial, nomeadamente o Porto num dos extremos e no outro o Parque Arqueológico do Côa. Fazem parte do ADV, área classificada pela UNESCO, 13 dos 22 municípios que constituem a região do Douro, que são Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, situados ao longo das encostas do rio Douro e seus afluentes - Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão - (Douro, 2011), conforme se ilustra nas Figuras 1 e 2, sendo a primeira ilustrativa do enquadramento da Região Demarcada do Douro no território português e a segunda a limitação da região do ADV.

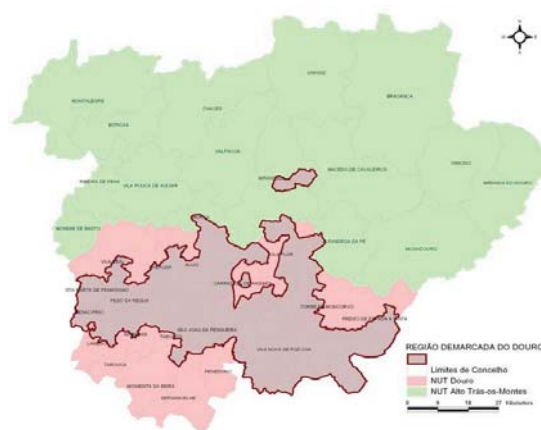


Figura 1: A Região Demarcada do Douro inserida no território

Fonte: Correia (2005, p. 143).



Figura 2: O Alto Douro Vinhateiro inserido na Região Demarcada do Douro
Fonte: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (www.drapn.min-agricultura.pt).

De acordo Pedrosa e Pereira (2009), os primeiros sinais do cultivo de vinha no Douro remontam ao período da romanização, embora haja narração de consumo de vinho em períodos históricos anteriores, mas sem provas de que esse vinho fosse produzido na região. Durante a idade média (séc. V a X d.C.) verificou-se uma profunda mudança na paisagem duriense, com aposta nas culturas para exportação, designadamente o vinho, as frutas e o sumagre (Pedrosa & Pereira, 2009). Mas é no século XVI que a viticultura com qualidade e com fins comerciais assume uma importância relevante, e é no século XVIII que esta zona se vem a tornar na Região Demarcada do Douro. Foi com a assinatura do Tratado de Methuen, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, em 1703, que os vinhos da região do Alto Douro conheceram um forte desenvolvimento. Tratado este assinado com a Grã-Bretanha, no qual o Vinho do Porto passou a beneficiar de condições preferenciais e privilegiadas em relação aos vinhos franceses, em termos de taxas aduaneiras, na exportação para a Inglaterra, com a contra partida de liberalizarem a entrada de lanifícios ingleses em Portugal (Sousa, 2002). As demarcações pombalinas da segunda metade do século XVIII, entre 1757 e 1761, vêm consagrar a região como a mais antiga e mais dinâmica do vinhedo (Sousa, 2002).

No processo de desenvolvimento da região, houve a colaboração de muita gente que, empregou no Douro muita força física, a fim de trabalharem nas plantações das vinhas e na construção dos socalcos. Para além dos portugueses, contaram também com milhares de galegos, gente do norte de Espanha, Galiza, que se deslocavam para o Alto Douro para trabalharem. Na parte da comercialização, foram os exportadores ingleses que colaboraram, uma vez que, a Grã-Bretanha foi durante dois séculos a principal consumidora do Vinho do Porto (Sousa, 2002).

O elemento que melhor caracteriza a paisagem duriense, profundamente humanizada, é ainda o escadório monumental dos socalcos (e patamares) das encostas do Douro e seus afluentes, onde brilham as vinhas (Pereira, 1991). Outra característica do ADV é o clima, sendo um clima mediterrânico, com escassez de água em determinados períodos do ano, principalmente no verão, de Maio a Setembro (Andresen, 2006). Em termos de geologia do terreno, o ADV tem formações que datam do Pré-Câmbrico e são constituídas principalmente por xistos e intrusões graníticas, o que significa um ar de dureza, em que o solo é quase



inexistente, sendo o que encontramos nas encostas, resultado do trabalho de transformação do homem (Andresen, 2006).

O forte investimento na cultura da vinha, com fins comerciais, levou à modificação da paisagem e provocou alterações importantes na composição social das vilas e aldeias da região duriense, devido à especialização e mercantilização a agricultura vinhateira e conseqüentemente, o abandono da criação de gado, da produção cerealífera e outras culturas existentes na região, aparecendo outras atividades artesanais ligadas ao sector vitivinícola, como sendo a cestaria, a tanoaria, a arte de pedreiro, etc. Outra implicação direta foi o aparecimento de um novo calendário agrícola, associado ao ciclo da vinha, dando um novo ritmo de vida, influenciando o quotidiano dos durienses. As formas de povoamento sofreram, também elas, fortes alterações com a influência do cultivo do vinho, surgindo então casais e quintas dispersas pelas encostas vinhateiras, aparecendo assim, povoados ribeirinhos (Pereira, 1991).

É assim, natural que exista um vastíssimo património histórico-cultural associado às atividades de produção, transporte, armazenamento, fiscalização e comércio dos vinhos do Douro, e em particular do vinho do Porto, relativo a diversas épocas. Pode-se encontrar desde, alfaias agrícolas, maquinaria, instrumentos de prova e de análise de vinhos, utensílios de adega e armazém, coleção de rótulos e cartazes publicitários, peças relacionadas com o consumo, tais como cálices, *decanter*s, garrafas, filtros, etc. (Pereira, 2001). Em termos de património histórico, o Douro tem um legado de tesouros e joias, concentrando em si cerca de ¼ de todo o património construído na região Norte. Assim, junto aos cursos de água, rio Douro e seus afluentes, povos pré - históricos, romanos, mouros e cristãos ergueram capelas de origem barbara, pontes, calçadas e castelos medievais, mosteiros cistercienses, igrejas de traça românicas, renascentistas ou barroca, casas senhoriais de brasão e nome em aldeias, vilas e cidades, hoje guardiões de autênticos tesouros da sua história. Por todo o Douro, e nomeadamente no ADV, solares e casas de quinta e testemunhos de povos errantes e de culturas diversas marcam de forma indelével a paisagem, exemplo disso são as diversas edificações religiosas (capelas, igrejas, mosteiros e conventos) que encontramos implantadas nas povoações do ADV. A herança medieval é também intensa e profunda, marcada por castelos – Longroiva, Marialva e Penedono, recordando a importância estratégica que o Douro sempre assumiu na história (Douro, 2011).

Ainda dentro do âmbito do património histórico-cultural, verifica-se a existência de exemplos de arquitetura religiosa (igrejas e capelas), arquitetura tradicional de feição erudita (casas solarengas) ou popular (edifícios isolados ou conjuntos arquitetónicos, para além de outros elementos diversos como cruzeiros, alminhas, pontes, etc.). Em termos de património arqueológico existente na zona é igualmente vasto, e abrange desde testemunhos da ocupação romana (povoados, necrópoles, pontes e estradas) a castelos e atalaias medievais, gravuras rupestres, até aos exemplares de arquitetura do ferro de finais do século passado (estações de comboio da linha do Sabor e da linha do Douro). Uma parte deste património está classificada como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou como Valor Concelhio (ICNB, 2001).



Culturalmente é marcado ainda pelas festas e romarias que abundam um pouco por toda a região e estão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos, durante o Verão, o artesanato, através de trabalhos em madeira, ferro, latoaria, cestaria, linho e lã, de grande valor cultural, e a gastronomia, através dos pratos confeccionados com os produtos típicos da região, são assim, fatores que marcam uma rica herança cultural (ICNB, 2001).

A região do ADV passou por várias demarcações desde 1757. A primeira demarcação surge em 1756, tendo sido estabelecida no terreno entre 1757 e 1761, denotando-se já, alguma modernidade uma vez que se delimita uma região vitícola, elaborando um cadastro e uma classificação das parcelas dos vinhos, considerando o espaço regional e criando mecanismos institucionais de controlo e certificação do produto, com apoio de um quadro legislativo (Sousa, 2002). As sucessivas delimitações da Região Demarcada (1757-1761, 1788-1793, 1907-1908) são o reflexo das próprias evoluções técnicas, no domínio, da produção, dos transportes e da comercialização, como também devido aos fortes princípios que orientaram a mentalidade popular como da classe hierárquica superior, juntando a isto, a forte carga simbólica da região, que caracterizam a sua identidade, nascendo com a conjugação destes fatores, uma paisagem cultural com uma identidade inequívoca e autêntica (Sousa, 2002).

A região demarcada do Douro conheceu várias instituições e organismos responsáveis pela sua regulamentação e fiscalização. Atualmente as instituições que regulamentam e fiscalizam o Alto Douro são, a Casa do Douro, apenas como responsável pela gestão do cadastro e representante da produção; a Associação das Empresas do Vinho do Porto (AEVP), em representação do setor; o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), cujo objetivo principal é fiscalizar o processo produtivo, controlo de qualidade do vinho e defesa da denominação de origem em termos nacionais, como no estrangeiro; o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), que contém um moderno ficheiro vitivinícola informatizado; e por fim, a Direção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, que controla as plantações, as alterações e a preservação dos vinhedos, dos socalcos e patamares que caracterizam a paisagem do Douro (Sousa, 2002).

A classificação da região do ADV pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade ocorreu em 14 de Dezembro de 2001, como já anteriormente referido, título que premiou a região vinícola demarcada mais antiga do mundo, decretada pelo Marquês de Pombal em 1756. É uma região única porque une as características do solo xistoso e da sua exposição solar privilegiada, com o microclima impar em conjunto com o trabalho árduo do homem do Douro (Douro, 2011). Os critérios em que assentaram a recomendação da candidatura a Património Mundial da Humanidade pela ICOMOS¹⁶, segundo o relato final de proposta de classificação foram os seguintes: *Critério iii*) o Alto Douro tem sido uma região de produção de vinho por quase dois mil anos e sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas; *Critério iv*) as componentes da paisagem do Alto Douro são representativas de toda a diversidade de atividades, da associação com vinificação - terraços, quintas

¹⁶ *International Council on Monuments and Sites.*



(complexos agrícolas produtores de vinho), aldeias, capelas e as estradas; *Critério v*) a paisagem cultural do Alto Douro é um excelente exemplo de uma região europeia tradicional, produtora de vinho, o que reflete a evolução desta atividade humana ao longo do tempo (UNESCO, 2012). A sua paisagem dá ênfase a três aspetos, o carácter único do território, a relação natural da cultura do vinho com a oliveira e a amendoeira, e a diversidade da arquitetura local. A candidatura destaca também o trabalho excecional efetuado pelo homem na construção dos muros em xisto que prolongam as encostas e sobretudo, a autenticidade e integridade da paisagem cultural (Douro, 2011).

Fazem parte da região Demarcada do Douro, 22 municípios que perfazem 250 mil hectares de terreno, dos quais 48 mil hectares são vinhas onde são produzidos os vinhos denominados de origem “Porto” e “Douro”. No entanto, só 24 mil hectares que englobam 13 concelhos foram classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, os quais são representativos da diversidade do Douro, já que engloba o espaço do Baixo Corgo, do Cima Corgo e do Douro Superior. Os treze concelhos são, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, estendendo-se ao longo das encostas do Rio Douro e dos seus afluentes, Varosa, Corgo, Távora, Tordo e Pinhão (Douro, 2011).

A classificação do ADV como paisagem cultural viva e evolutiva, contribui como alavanca para uma série de alterações que estavam já a acontecer na região duriense, uma vez que, o projeto de candidatura definia um conjunto de medidas de ordenamento e gestão do território, de qualificação e valorização ambiental (Douro, 2011). Para além da preservação, controlo e regulamentação do ADV, como paisagem cultural, existe também o desenvolvimento do setor do turismo, com programas próprios de apoio ao seu crescimento e implementação, já que o fluxo de tráfego fluvial de barcos de cruzeiro para turistas, intensificou-se, mas havia já alguns projetos que tinham sido postos em prática, como é o caso da Rota do Vinho do Porto e das Rotas Medievais, em que várias quintas tradicionais abriram portas aos visitantes, promovendo visitas, provas de vinho e interatividade com o processo de produção do vinho, desde a colheita até à feitoria do vinho. Há também o regresso do comboio histórico à linha do Douro (Douro, 2011).

Para fazer face a estas alterações, houve a necessidade do aparecimento de novas unidades hoteleiras de qualidade e que possam oferecer serviços para diferentes tipos de visitantes, desde unidades hoteleiras de cinco estrelas a hotéis em antigas propriedades, turismo em espaço rural.

Resumindo, a classificação do ADV em Património Mundial da Humanidade, é um compromisso em que, a região, através das entidades próprias se compromete a preservar a paisagem cultural, regulando e controlando o seu desenvolvimento, mantendo as suas características morfológicas, mas por outro lado, promoverem o desenvolvimento do turismo, uma vez que é uma fonte económica a explorar na região.



TURISMO NA REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO

A caracterização do setor turístico para um país ou região poderá ser efetuada pelo lado da procura e oferta turística. Deste modo, tendo como principal objetivo, do presente trabalho, verificar e analisar o impacto do turismo na região ADV após a atribuição da classificação de património mundial da Humanidade por parte da UNESCO, optou-se por analisar alguns indicadores que permitissem caracterizar e observar a evolução da procura e oferta turística, bem como realizar uma avaliação da região como Destino Turístico. Para tal e como metodologia recorreu-se a indicadores tais como: número de hóspedes; número de dormidas; estada média, receitas para aposento, número de estabelecimentos hoteleiros por tipo de alojamento; capacidade de alojamento (camas); índice de preferência turística e índice de saturação turística. De salientar que estes indicadores têm sido os mais utilizados para caracterizar a atividade turística, tal como se pode observar em estudos produzidos por diferentes autores e organismos oficiais do Turismo (*e.g.*, Fernandes, Monte & Cepeda, 2001; Fernandes, Monte & Castro, 2003; Vaz & Dinis, 2007; Rodrigues, 2010; INE, 2010; Cuccia & Rizzo, 2011; Santana-Jimenéz & Hernandez, 2011; Santos & Fernandes, 2011).

No presente ponto calcularam-se os indicadores acima referidos, bem como a sua evolução, para o período compreendido entre 1995 e 2009, na maior parte dos indicadores, a partir dos dados recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, nos anuários estatísticos. Ao longo do presente ponto quando necessário apresenta-se a fórmula de cálculo do indicador.

CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA

Tomando o indicador das dormidas e no período em análise, verificou-se uma média de cerca de 174 mil dormidas no ADV, o que significa um peso de 0,52% em relação à média nacional, de 5,32% em relação à região Norte e foi responsável por cerca de 89,2% das dormidas na região do Douro, ou seja, relativa aos 22 concelhos que constituem a região duriense. Observou-se ainda que, em relação ao Douro, houve um aumento de dormidas, mas em relação à região do ADV, os indicadores não são tão positivos, verificando-se um ligeiro decréscimo, apesar de apresentar uma taxa de crescimento média anual (TCMA) de 3,6%, que é inferior à da região do Douro, que se situa nos 4,7%, e ligeiramente superior à da TCMA nacional, de 1,9%, tal como se pode confirmar na Tabela 1.

No entanto, relativo ao indicador de hóspedes, observa-se que, o ADV representa 1,12% dos hóspedes a nível nacional, 6,43% dos hóspedes da região Norte e cerca de 90,01% da região do Douro, cifrando-se numa média de 118 mil hóspedes por ano.



Tabela 1: Taxas de crescimento anual e média anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros

	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	TCMA
Portugal	0,5%	4,6%	10,4%	1,0%	3,3%	-0,7%	1,9%	-1,0%	0,8%	4,0%	5,8%	5,8%	-1,3%	-7,1%	1,9%
Região Norte	6,7%	4,4%	9,9%	2,5%	0,6%	1,1%	7,1%	-3,6%	5,9%	3,2%	11,8%	10,0%	0,5%	0,5%	4,2%
Douro	5,3%	16,0%	5,2%	22,0%	25,7%	5,3%	0,6%	-5,8%	5,4%	-3,8%	-1,5%	3,2%	-4,9%	-0,8%	4,7%
ADV	2,1%	8,8%	7,4%	25,5%	30,2%	-0,3%	-5,5%	-8,5%	7,5%	-6,2%	-0,3%	3,9%	-7,3%	0,8%	3,6%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Analisando os dados de dormidas e de número de hóspedes, constata-se que, no período em análise, o número de hóspedes teve um crescimento entre 1995 e 2000, verificando-se, no período de 2000 a 2002, um pico no número de hóspedes, e nos últimos dois anos do período em estudo tem decrescido mas em relação aos valores das dormidas tem crescido e verifica-se que nos períodos em que o número de hóspedes decresce, as dormidas mantêm-se (Figura 3). A permanência média no ADV fixou-se em 2009 de 1,7 noites e em 1995 de 1,3 noites, tendo-se registado uma variação anual média positiva de 1,8%.

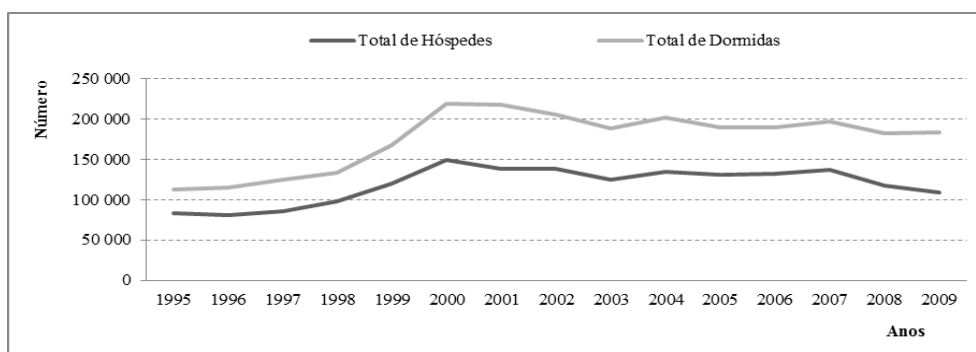


Figura 3: Total dos Hóspedes e Dormidas no ADV

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Caracterizando a procura, relativamente aos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual no ADV (ver Figura 4), verifica-se que a maioria dos hóspedes que procuram a região são portugueses, com percentagens acima dos 80% por ano, mas verifica-se nos últimos dois anos (2008 e 2009), um progressivo aumento dos hóspedes da União Europeia e de outros países, com predominância de hóspedes oriundos dos Estados Unidos da América, e consequente diminuição dos portugueses.

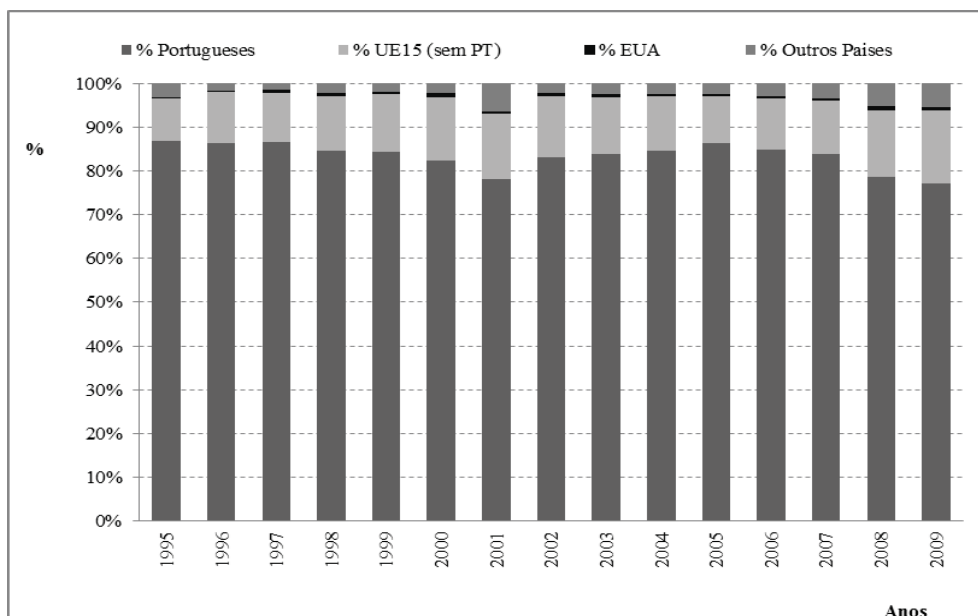


Figura 4: Hóspedes Registrados nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual no ADV

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Outro indicador a ter em conta para analisar a evolução do turismo na região é a TCMA da Receita que indicará a taxa a que as receitas teriam aumentado se o seu crescimento tivesse ocorrido a uma taxa constante. Nesta análise considera-se apenas o período de 1999 a 2009, uma vez que para o período entre 1995 e 1998 não foi possível recolher qualquer dado. Os resultados do cálculo deste indicador, para o período de 1999 a 2009, estão expressos na Tabela 2.

Tabela 2: Taxa de Crescimento Média Anual da Receita (1999-2009)

Anos	Receitas p/aposento Região Norte		Receitas p/aposento Região do Douro		Receitas p/aposento Região do ADV	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Receita (milhares de €)	87.601	140.434	4.310	8.246	4.090	7.312
Variação percentual	60%		91%		79%	
TCMA	4,8%		6,7%		6,0%	

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

Dos resultados obtidos, verifica-se no período em análise um aumento de receita na região da Região Norte de 60%, na Região do Douro de 91% e no ADV de 79%, ou seja um aumento bastante significativo, que no caso do Douro foi cerca do dobro, mas caso se considere o aumento em termos de TCMA para o mesmo período, então os valores já são mais baixos, obtendo-se uma TCMA para a Região Norte de 4,8%, para a Região Douro de 6,7% e para o ADV de 6,0%. Observa-se então, ao longo dos



anos para o período em causa, um aumento ligeiro da receita na Região Norte, na Região do Douro e no ADV, sendo a grande responsável pelo aumento na Região do Douro a Região do ADV.

CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA

Através da caracterização da oferta turística pretende-se analisar, o tipo de alojamento existente, a capacidade que a região em estudo tem para oferecer, bem como a evolução da oferta no período em estudo, comparando o peso da oferta do ADV com a oferta do país, região norte e região duriense. De referir que ao longo do estudo a terminologia hóspede foi a utilizada para a substituição de turista, uma vez que foi impossível recolher a informação relativa aos turistas. Assim, considerou-se hóspede, aquele que visita a região do ADV e que pernoita pelo menos uma noite.

A oferta turística do ADV ao longo do período em estudo, de 1995 a 2009, representa cerca de 1% da capacidade de alojamento de Portugal (medido em camas), e cerca de 7% da região Norte, sendo responsável por cerca de 97% da capacidade de alojamento da região duriense, o que se traduz numa capacidade de cerca de 2217 hóspedes, distribuídos por uma média de 32 estabelecimentos. Relativamente à evolução da capacidade de alojamento no ADV, verifica-se uma variação pouco significativa, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3: Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no ADV

	Anos														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
N.º Estabelecimentos	23	24	27	28	31	33	32	33	34	33	33	33	32	31	32
Capacidade (em camas)	1249	1273	1592	1780	2036	2294	2181	2259	2300	2234	2256	2219	2224	2199	2190

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Para o período em estudo, 1995 a 2009, calculou-se a média da distribuição dos estabelecimentos e média da capacidade de alojamento na região Norte, constatando-se que a concentração de maior número de estabelecimentos se encontra na região metropolitana do Porto, com cerca de 36% dos estabelecimentos e 45% da capacidade total o que significa, em termos absolutos, uma média de 14.055 hóspedes por ano. Já na região duriense, regista-se uma média de estabelecimentos que se cifra em 8% o que corresponde a uma média de 7% da capacidade de alojamento total, traduzindo-se em cerca de 2.126 hóspedes por ano. De referir também que a região do ADV, ou seja, os treze municípios que constituem a região, representa 95% da capacidade de alojamento de toda a região duriense.

No que respeita ao tipo dos estabelecimentos existentes no ADV, no período de 1995 a 1998 só foi possível recolher dados, através dos anuários do INE, quanto ao número total de unidades de alojamento, não se conseguindo discriminar as diferentes unidades, mas pode-se aferir que houve um aumento gradual de 23 para 28 unidades. Assim, limitou-se o estudo para o período de 1999 a 2009 para o qual já



se conseguiu desagregar as diferentes unidades de alojamento existentes no ADV, verificando-se a predominância das pensões e hotéis, e observando-se que não houve variações relevantes no número de estabelecimentos ao longo do período em estudo, corroborando assim o que já se havia observado quanto à capacidade de alojamento (ver na Figura 5).

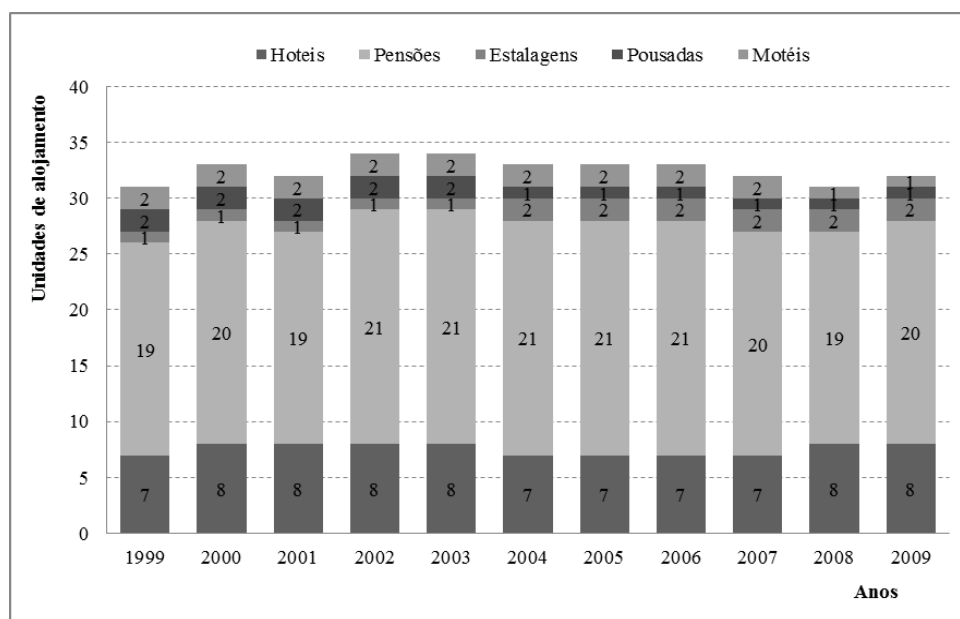


Figura 5: Evolução das unidades de alojamento no ADV, no período de 1999 a 2009
 Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

Analisando a distribuição dos estabelecimentos na região ADV, no período 1999 a 2009, constata-se que a maior concentração de oferta turística em termos de estabelecimentos encontra-se nos municípios de Lamego (28%), Alijó (19%), Vila Real (15%) e Peso da Régua (12%), conforme se pode ver na Figura 6.

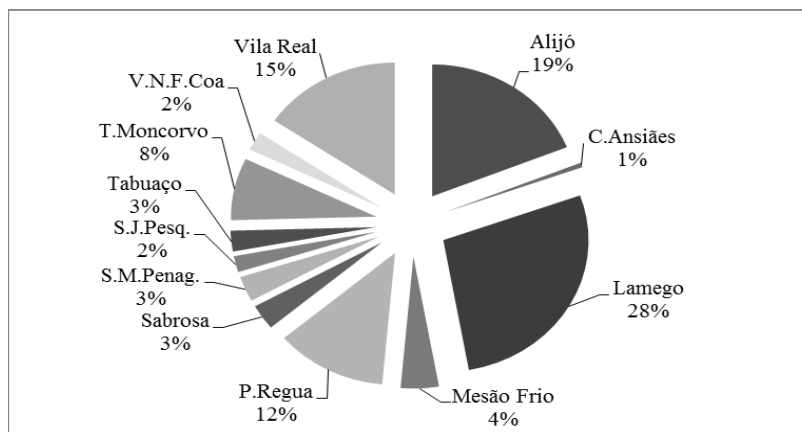


Figura 6: Distribuição dos estabelecimentos hoteleiros no ADV para período de 1999 a 2009
 Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).



Para além dos dados sobre estabelecimentos e capacidade de alojamento no ADV, fornecidos pelo INE, recorreu-se ao *site* do Turismo do Douro, recolhendo informação sobre alojamento aí disponível (Douro, 2011), para aferir da oferta existente na região, verificando-se que, para além das unidades caracterizadas por hotéis, pensões, estalagens, pousadas e motéis, que o INE disponibiliza, encontramos também as unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), onde se incluem o Turismo de Habitação (TH), Turismo Rural (TR), Agroturismo (AG), Casas de Campo (CC) e Turismo de Aldeia (TA), as quais conferem à região do ADV uma capacidade de alojamento muito superior aos dados do INE. Portanto, o ADV, no período em análise, apresentava em termos de número de estabelecimentos, uma média de 31 unidades, de acordo com os dados publicados pelo INE (1999-2009), que se se somar os referidos no *site* do Turismo do Douro categorizados como TER, totalizam 103 estabelecimentos, pelo que a região passa a ter uma capacidade de alojamento, em termos de camas, muito superior, ou seja, passa a dispor de cerca de 3.067 camas.

Em termos de camas disponíveis, o ADV tem como oferta a seguinte distribuição, conforme Figura 7, dependendo do tipo de estabelecimento, informação disponibilizada no *site* do Turismo do Douro desde o ano de 2008 - ano da criação do Pólo do Turismo do Douro.

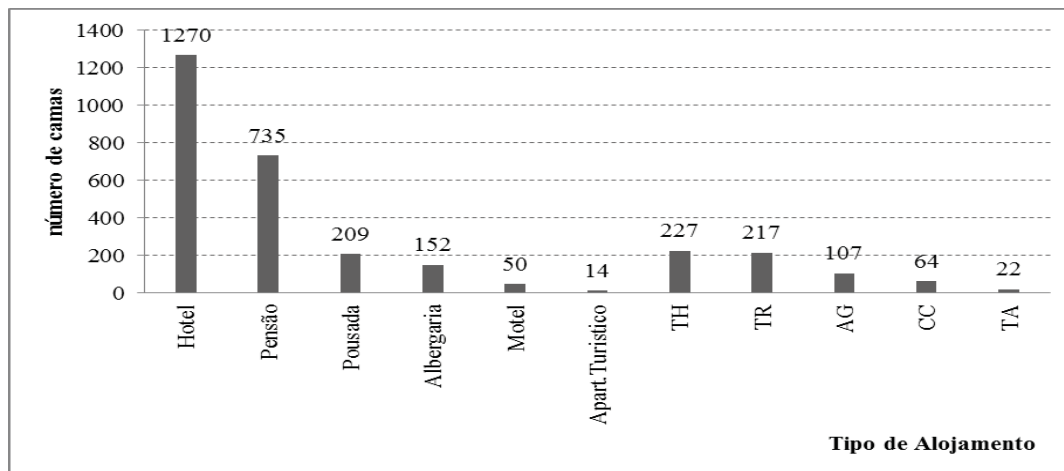


Figura 7: Distribuição das camas disponíveis no ADV, segundo o tipo de estabelecimento
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no *site* do Turismo do Douro (Douro, 2011).

Calculou-se ainda a taxa de crescimento que indica a percentagem de variação entre 2001 e 2009 (período para o qual se dispõe de dados para o estudo), tendo-se registado um crescimento (46,6 %) em termos de capacidade de alojamento, considerando todos os estabelecimentos disponíveis na região do ADV. Neste período registou-se uma variação na capacidade de alojamento, em termos absolutos, de 2092 para 3067 camas. Analisando a TCMA da capacidade de alojamento para o período de 2001 até 2009, com os respetivos valores absolutos de 2092 e 3067, registou uma variação positiva de 4,9 %, ou seja, registou-se um crescimento pouco significativo.



POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO ALTO DOURO VINHATEIRO

Pela análise feita ao Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, apresentado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) em 2008 (CCDR-N, 2008), verifica-se que as principais valências, ou os principais recursos e produtos turísticos, que constituem a imagem forte e potencial turístico, enquanto destino turístico são, de uma forma sintética, os seguintes:

- O VINHO – Região de vinhos únicos, brancos, tintos, aguardentes e na qual se destaca o Vinho do Porto, o mais notável e sublime, bem como das suas tradições.
- O RIO – Um rio navegável, com fortes atrativos paisagísticos, bem como os seus afluentes.
- A PAISAGEM – Paisagem natural e talhada pelo homem, considerada como paisagem evolutiva e viva.
- A SEGURANÇA, TRANQUILIDADE E BEM-ESTAR – A segurança, o silêncio, ambiente despoluído, o clima ameno e a gastronomia rica.
- A NATUREZA – Região preservada pela vocação rural, oferecendo redutos em estado selvagem, bem como locais para os amantes dos desportos radicais aliados a recursos naturais.
- HISTÓRIA E PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO – Elevado e diversificado património histórico-cultural de reconhecida importância, região de tesouros e joias do património nacional, o Douro detém uma quarta parte do património da região norte, verificando junto às margens do Douro e seus afluentes, edificações que remontam a povos pré-históricos, romanos, mouros e cristãos, como por exemplo, capelas, pontes, calçadas, mosteiros, casas senhoriais, castelos medievais e muitos outros sinais dessas civilizações.
- PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE – Em 14 de Dezembro de 2001, a UNESCO elevou a região do ADV a tão alta classificação, premiando assim a Região Vinícola Demarcada mais antiga do mundo, região que reúne 3 características na sua paisagem que a distingue: o carácter único do território, a relação natural da cultura do vinho com a oliveira e amendoeira e a diversidade da arquitetura local (Douro, 2011), bem como a arte rupestre do Vale do Côa e a proximidade a outros com a mesma classificação.

Para além de todo o potencial turístico material que o ADV apresenta, oferece também, e com elevada importância, um património cultural imaterial. O património imaterial, é todo o conjunto de manifestações e expressões de natureza intangível que têm a memória oral como meio de preservação e de transmissão, engloba, por isso, não só o campo “esmigalhado” da literatura popular de tradição oral (lendas, mitos, contos populares, romanceiros, cancioneros, quadras, autos populares, excelências, adivinhas, rimas infantis, formulas de superstições e de mezinhas, agouros ou profecias...), como também todo o universo de saberes e vivências da cosmogonia popular, tais como falares regionais, os ritos e festas, os jogos e as danças, os saberes do artesanato, da culinária, etc., diferindo da cultura material, pela natureza dos seus suportes, uma vez que esta assenta na estrutura física das obras (Perafita, 2007).



Segundo o mesmo autor o ADV é uma região com um espaço cultural marcado pela resistência de uma memória oral que preserva forma de saber, de pensar e de agir definidoras da filosofia de vida e da personalidade do povo que nele habita. São por isso parte ativa da sua identidade cultural.

Assim, o ADV apresenta um leque diversificado de recursos e produtos que, articulados da melhor forma, podem potenciar uma maior oferta turística, contribuindo para um incremento da atividade turística na região.

AVALIAÇÃO DA REGIÃO DO ADV COMO DESTINO TURÍSTICO

Neste ponto analisa-se dois indicadores frequentemente utilizados na avaliação das regiões como destino turístico: índice de preferência e o índice de saturação turística com vista a avaliar a região do ADV como destino turístico.

ÍNDICE DE PREFERÊNCIA

Existem destinos que, pela sua acessibilidade, pelas suas características ou também pelas condições de atratividade que possuem, são preferidos relativamente a outros destinos turísticos. Mas a capacidade de atração não se mantém ao longo do tempo, havendo destinos com características e condições idênticas à de outros que não conseguem captar idênticas correntes turísticas. Assim, torna-se pertinente avaliar cada destino em termos das preferências que exercem sobre a escolha dos turistas. Para isso determina-se o Índice de Preferência (IP), pela relação de entre o número de turistas ou hóspedes chegados a uma determinada região (T_a) e o número total de turistas ou hóspedes chegados ao país, registados nos meios de alojamento (T_t) (Cunha, 2001; Padilla & McElroy, 2005; Vaz & Dinis, 2007; Cuccia & Rizzo, 2011) dado pela seguinte expressão:

$$IP = \frac{T_a}{T_t} \qquad IP = \frac{T_a}{T_t}$$

[1]

Segundo Cunha (2001), a evolução deste índice permite avaliar a influência que uma região exerce na preferência ou não, em relação às outras e de que modo se comportam as regiões perante a evolução do turismo, em geral, do país. Analisando este indicador para a região ADV, em termos totais (ou seja, considerando o número total de turistas) e por origem de residência (distinguindo os nacionais dos estrangeiros), observa-se que relativamente à evolução da preferência pelo ADV, a tendência nos últimos anos foi decrescente em termos totais, mas verifica-se também que, o índice de preferência decresceu em termos de turistas nacionais. Porém, em termos de turistas estrangeiros, o índice foi crescente, relativamente às outras regiões, como se pode verificar na Figura 8, sobre essa evolução ao longo do período de 1995 a 2009.

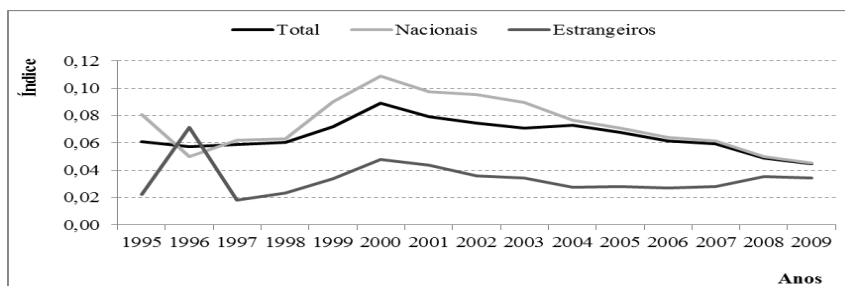


Figura 8: Evolução do Índice de Preferência pelo ADV, para o período de 1995 a 2009

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Analisando a média dos índices de preferência, relativamente à Região Norte, ao longo do período em estudo, constata-se que a região do grande Porto reúne a preferência dos turistas, destacando-se de forma muito acentuada das demais regiões, seguindo-se da região do Cávado e sendo que, relativamente ao ADV apresenta um índice de 0,07 quase idêntico a regiões como Minho, Ave e Alto Trás-os-Montes, e muito superior a regiões como Tâmega e Entre Douro e Vouga, como se pode verificar na Figura 9.

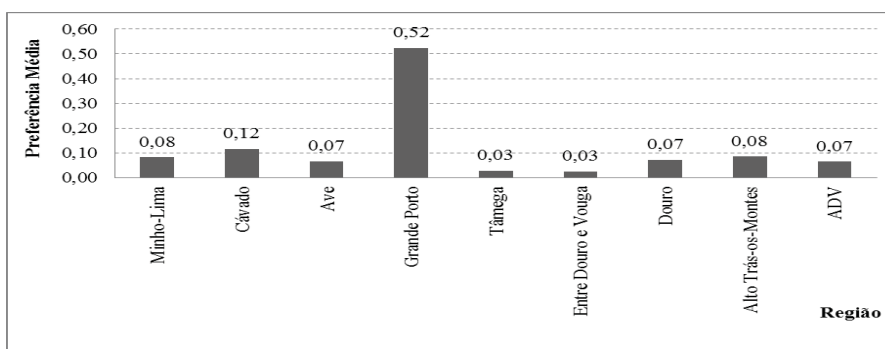


Figura 9: Preferência Média por NUT III e ADV

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Ainda, analisando a preferência dos hóspedes segundo o país de residência habitual, observa-se que todas as regiões são de maior preferência dos hóspedes nacionais, exceto a região do Grande Porto que, é maioritariamente da preferência dos hóspedes estrangeiros, como se pode constatar da análise da Figura 10.

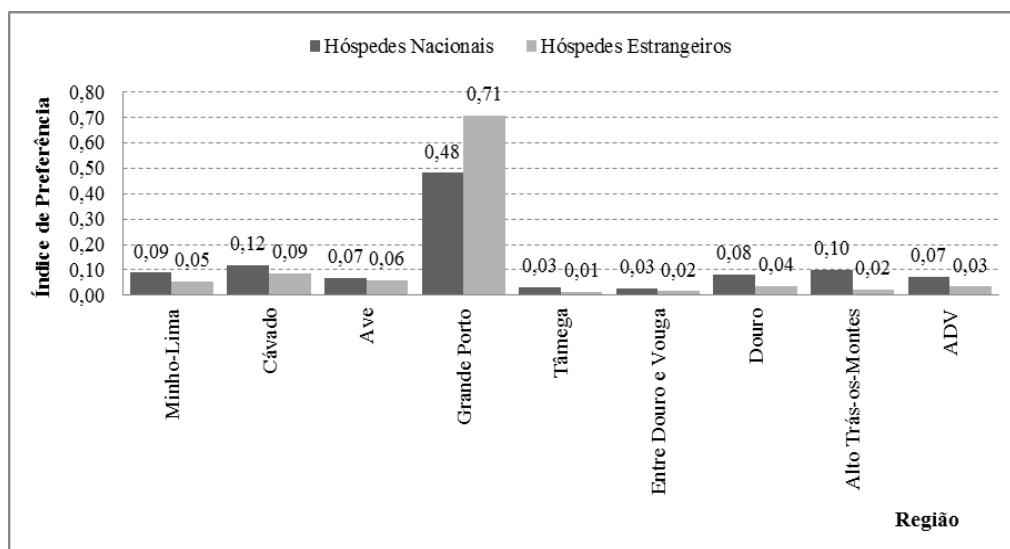


Figura 10: Índice de preferência dos hóspedes segundo o país de residência habitual, por NUT III
 Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

ÍNDICE DE SATURAÇÃO TURÍSTICA

Outro indicador que importa analisar é o Índice de Saturação Turística (IST), também designado de indicador de impacto social, o qual permite avaliar a importância do turismo em cada região e a capacidade deste para suportar acréscimos adicionais da procura turística. Uma região com índice inferior a outra tem uma importância turística menor mas, tem uma capacidade maior de crescimento potencial (Cunha, 2001). Para valores superiores à unidade, significa que o número de turistas que visitaram determinada região, é superior à população nela residente, indiciando um impacto negativo, quer do ponto de vista social, quer ambiental, provocando uma menor satisfação dos turistas, porque no calculo deste indicador, tem-se por base que os equipamentos e as infraestruturas existentes na região (ex.: hospitais, estradas, etc.), estão calculados para a população local, logo quando são colocados numa situação de carga excessiva de turistas, irá implicar um decréscimo significativo da qualidade de vida, tanto para os residentes na região como para os turistas que a visitaram.

O Índice de Saturação Turística relaciona o número de turistas que visita uma determinada região e a respetiva população total nela residente, e pode ser calculado usando a seguinte fórmula (Cunha, 2001; Padilla & McElroy, 2005; Santana-Jiménez & Hernandez, 2011):

$$IST = \frac{N^{\circ} \text{ de turistas / hóspedes}}{N^{\circ} \text{ de residentes}}$$

$$IST = \frac{N.^{\circ} \text{ turistas / hóspedes}}{N.^{\circ} \text{ residentes}}$$

[2]

De salientar que este indicador deve ser analisado em simultâneo com as variações do número de turistas e a permanência média, porque pode verificar-se um aumento do número de turistas que relacionando



com a população, indica que se atingiu valores desaconselháveis, mas se o indicador da permanência média diminuir, pode-se dizer que o impacto social pode não ser significativamente afetado, tendo-se mantido ou mesmo, atenuado (Cunha, 2001).

Calculando o índice de saturação da região Norte, região do Douro e região do ADV, apresentado na Tabela 4, constata-se que os índices relativamente à região Norte não apresentam valores muito elevados. Tal significa que ainda não atingiu valores que possam causar um impacto negativo, quer social, quer ambiental, pelo que ainda possui capacidade de crescimento potencial. Já na região do Douro e, mais propriamente na região do ADV, os índices de saturação são bem mais elevados, valores que se aproximam da unidade, significando que se estará a colocar em perigo o equilíbrio e o bem-estar da região, mas como a estada média se mantém em valores não muito alterados, ao longo dos anos em estudo, ou seja, cifrando-se em valores entre 1,5 e 1,7, não atingindo os dois dias, pode dizer-se que, ainda não estará em situação de se concluir que haja um impacto social negativo, em que as infraestruturas possam claudicar, numa situação de excesso de carga, mesmo que sazonal. Da análise da Tabela 4 observa-se ainda que, apesar da diminuição da população nos últimos anos, existe também uma ligeira diminuição de turistas/hóspedes, o que contribui para que o índice não se aproxime mais da unidade, tendo até diminuído nos últimos dois anos.

Tabela 4: Evolução da população, hóspedes, IST no período de 1995 a 2009

	População			Hóspedes			Índice de Saturação Turística		
	Norte	Douro	ADV	Norte	Douro	ADV	Norte	Douro	ADV
1995	3.530.800	235.160	188.960	1.263.754	83.295	82.810	0,36	0,35	0,44
1996	3.544.780	234.670	188.430	1.417.113	84.113	81.215	0,40	0,36	0,43
1997	3.561.820	234.430	188.090	1.456.891	94.038	85.599	0,41	0,40	0,46
1998	3.578.310	234.340	187.810	1.612.086	102.888	97.222	0,45	0,44	0,52
1999	3.592.380	233.710	187.160	1.674.471	125.188	120.134	0,47	0,54	0,64
2000	3.687.212	221.853	180.702	1.673.367	151.005	148.741	0,45	0,68	0,82
2001	3.657.813	218.343	177.947	1.663.640	145.402	131.934	0,45	0,53	0,74
2002	3.691.922	218.591	177.942	1.845.700	154.874	137.403	0,50	0,71	0,77
2003	3.711.797	217.982	177.299	1.761.751	146.851	125.101	0,47	0,67	0,71
2004	3.727.310	217.067	176.432	1.838.017	153.721	134.298	0,49	0,71	0,76
2005	3.737.791	215.527	175.014	1.925.667	151.607	130.559	0,52	0,70	0,75
2006	3.744.341	214.045	173.652	2.144.033	151.181	131.343	0,57	0,71	0,76
2007	3.745.236	212.170	172.005	2.372.563	157.655	140.376	0,63	0,74	0,82
2008	3.745.439	210.019	170.192	2.412.837	140.879	117.713	0,64	0,67	0,69
2009	3.745.575	208.101	168.517	2.466.818	129.787	110.079	0,66	0,62	0,65

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).



Estes resultados alertam no sentido que as entidades governamentais deverão ter cuidado com as decisões que possam vir a tomar, relativamente as infraestruturas existentes e às que poderão vir a existir, uma vez que, se a política relativa ao turismo no Douro é no sentido de atrair turistas para a região, explorando os recursos que a região oferece, deve pensar-se seriamente que, proporcionalmente ao crescimento dos índices de turismo que querem que exista, devem fazer acompanhar com uma oferta de infraestruturas básicas à altura da procura turística não só relativamente aos números de turistas que afluem à região mas também ao tipo de turistas e o tipo de tratamento que estão habituados a ter em termos de serviços.

CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE DA REGIÃO DEMARCADA DO ALTO DOURO VINHATEIRO: IMPACTO NO TURISMO.

Neste ponto vai analisar-se a evolução de determinados indicadores macroeconómicos, no sentido de se perceber se a atribuição da classificação do ADV como Património Mundial da Humanidade teve algum impacto no setor do turismo, essencialmente na atividade hoteleira da região. Os indicadores que vão ser analisados tiveram por base a conta satélite do turismo, indicadores da atividade turística e económica em Portugal (Turismo de Portugal, 2011) e indicadores criados no âmbito do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo (DREM, 2006), tais como: a constituição de empresas; o pessoal ao serviço; volume de negócios; o produto interno bruto (PIB); o valor acrescentado bruto (VAB); e preços médios por noite. Os dados para os indicadores foram recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística e junto de algumas unidades hoteleiras da região, para o período em estudo (1995 e 2009). Foram utilizados estes por serem os mais utilizados para a medição do impacto económico, bem como para a modelação de indicadores da atividade turística que se encontrem relacionados com variáveis macroeconómicas, de acordo com os autores Frechtling (2010), Sequeira e Nunes (2008), Seetanah (2011), Andersson e Lundberg (2013).

Embora esta análise pudesse ser realizada em diferentes perspetivas (do ponto de vista ambiental, social ou económico), privilegiou-se a análise do impacto económico direto e indireto no setor do turismo nesta região (Stynes, 1997; Getz, 2008), ainda que não fosse possível efetuar uma análise exaustiva de vários indicadores por não existirem em dados (secundários, no INE) desagregados para a região, tendo em consideração o objetivo principal do presente trabalho já referido acima. Saliente-se ainda que a candidatura dos países e das regiões a património mundial é frequentemente realizada com intuito de obter benefícios económicos para o país/região, sendo o desenvolvimento económico e social, das diferentes atividades económicas aí desenvolvidas e do setor turístico em particular, além do objetivo de preservar esse património e o seu reconhecimento (UNESCO, sd).

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A constituição de empresas no sector de atividade da Hotelaria, Alojamento, Restauração e Similares, segundo o CAE (INE, 1995 - 2009), é um indicador que fornece informação do impacto que o incremento



do turismo poderá ter na região do ADV, uma vez que é um indicador incluído num grupo de indicadores construídos para aferição do desenvolvimento económico local. Relativamente à evolução verificada quanto à constituição de empresas do setor hoteleiro e restauração na Região ADV, o que se pode observar é que tem vindo a aumentar o número de empresas quer a nível nacional quer a nível das restantes regiões em análise, mas existe um período em que o aumento é bastante significativo que é entre o ano de 1995 e 2005, nomeadamente nos períodos de 2002/2003 com taxas de crescimento a cifrar-se entre os 5,32 % em Portugal, 5,27% na Região Norte, 5,06 % no Douro e 4,73 % no ADV, e no período de 2003/2004 em que se registou taxas de crescimento bastante significativas, cifrando-se em 20,59 % em Portugal, 27,65% na Região Norte, 23,18 % no Douro e 23,59 % no ADV, períodos que se situam após a atribuição da classificação da UNESCO, verificando-se depois um ligeiro decréscimo, mas ficando sempre em valores superiores aos períodos antes classificação, conforme a Tabela 5.

Tabela 5: Taxa de crescimento anual da criação de empresas no ADV entre 1999 e 2009

NUTS / Concelhos	Atividade CAE Rev 2.1 e Rev 3 - Hoteleira - Alojamento, Restauração e Similares														Média
	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	
Portugal	13,55%	0,71%	3,82%	6,91%	-0,42%	3,96%	-0,82%	5,32%	20,59%	0,28%	-22,02%	-2,51%	-3,11%	0,15%	1,89%
Região Norte	15,71%	1,46%	4,95%	8,36%	-1,31%	3,32%	-1,10%	5,27%	27,65%	-0,87%	-23,30%	-1,40%	-2,96%	0,38%	2,58%
Douro	13,24%	1,46%	5,28%	9,22%	-2,92%	4,21%	-0,18%	5,06%	23,18%	-1,67%	-20,33%	0,09%	-3,53%	0,56%	2,41%
ADV	14,31%	1,63%	5,07%	8,61%	-2,59%	4,10%	-0,39%	4,73%	23,59%	-1,85%	-20,19%	0,27%	-4,65%	1,03%	2,41%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

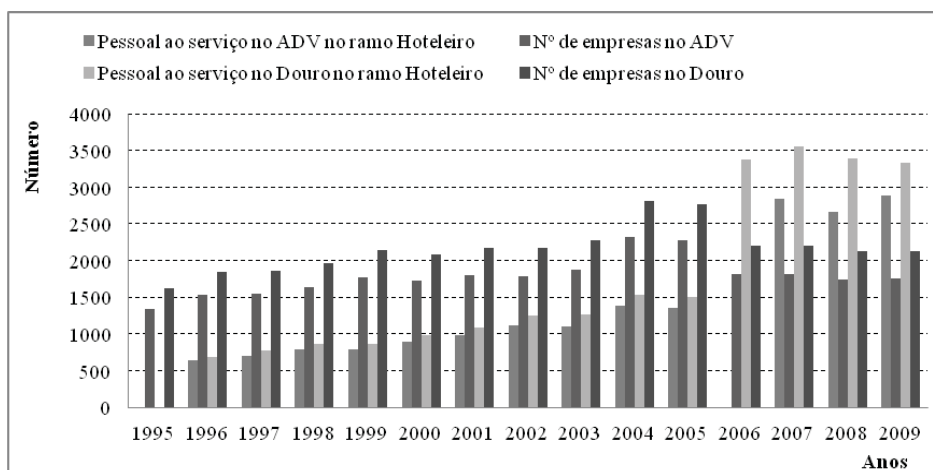


Figura 11: Evolução do pessoal e das empresas no Douro e no ADV

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

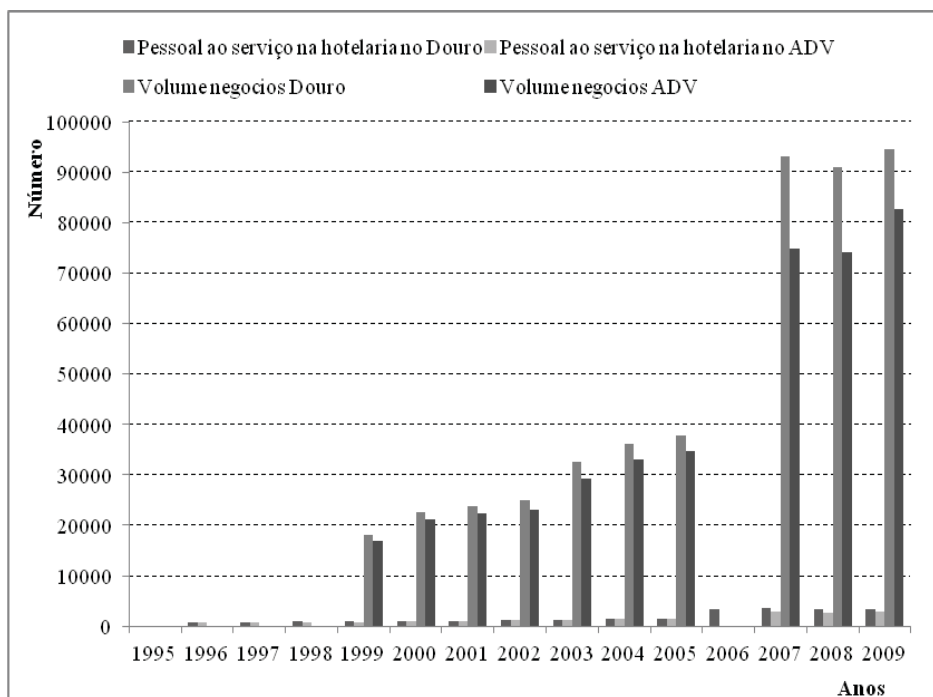


Figura 12: Pessoal ao Serviço e o Volume Negócios no Douro e ADV
 Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado período (INE, 2012). O PIB é um dos indicadores utilizados com o objetivo de mensurar a atividade económica de uma região. Assim, para o período de 1995 a 2009, recolheram-se dados para a região do Douro, não se conseguindo os dados necessários para a região do ADV. Ainda assim, analisando os dados para a região do Douro, verificou-se um crescimento contínuo desde 1995 até 2009, bem como do PIB *per capita*, que indicia um crescimento da economia na região do Douro e na região do Norte e Portugal, como se pode verificar na Figura 13.

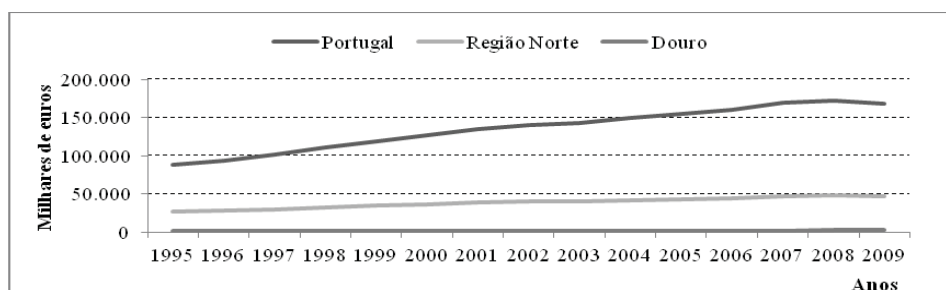


Figura 13: PIB a preços correntes entre 1995 e 2009
 Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

De 1999 a 2009 verificou-se uma variação do volume total de negócios, tendo em conta todas as atividades, de cerca de 42,5% na região Norte e de cerca de 94,5% na região Douro, mas analisando-se só



o crescimento do volume de negócios da atividade hoteleira na região Douro, verificou-se um aumento de cerca de 420,5%, que em termos absolutos foi um aumento de 18190 milhares de euros em 1999 para 94676 milhares de euros em 2009, o que reflete bem a importância que o turismo começa a ter na região. Em termos relativos, observou-se um incremento do peso da atividade hoteleira de 1,69% em 1999 para 4,53% em 2009 (em relação ao volume total da região Douro) e que o volume de negócios das unidades hoteleiras no ADV relativamente à região Douro pesa em média cerca de 86,8% (Figura 14).

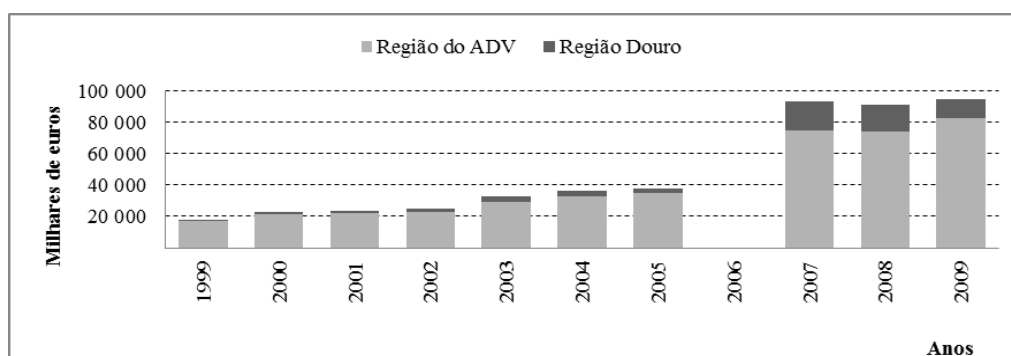


Figura 14: Peso do volume de negócios do ADV sobre o total da Região do Douro no período de 1999 a 2009

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

A região Douro apresenta uma TCMA do volume de negócios de 17,9% e a da região do ADV, cifra-se nos 17,2%, ambas superiores à TCMA da região Norte que se cifra nos 10,9% e de Portugal que se fica pelos 8,6%. Ainda, relativamente à região do Douro, comparando a TCMA do volume de negócios da atividade hoteleira com o volume de negócios da totalidade das atividades verifica-se um valor de 17,9% e 6,9%, comprovando-se assim, o valor que o turismo vai tendo na região.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) é o saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os sectores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos (INE, 2012). Relativamente ao período em estudo, verifica-se uma evolução crescente do VAB a preços base, para a atividade de serviços por NUTS III, conforme o Figura 15.

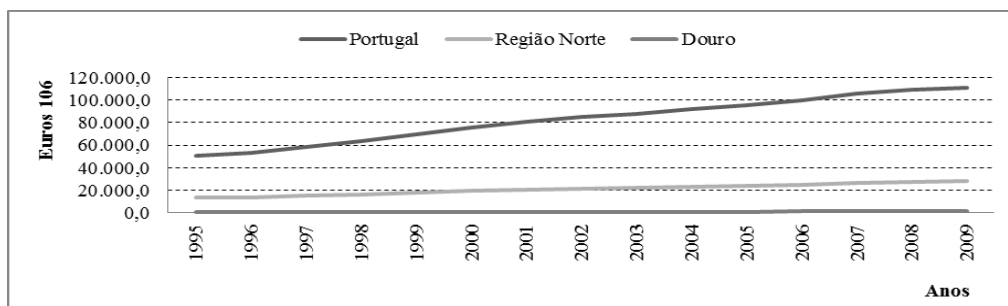


Figura 15: Evolução do VAB a preços base para a Atividade de Serviços para o período de 1995 a 2009

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Para o período em estudo, ou seja, de 1995 a 2009, e considerando os dados do VAB para a região Douro, pode verificar-se que o VAB cresce sempre ao longo dos anos, tanto para todas as atividades como para a de serviços, na qual está incluída a atividade hoteleira, e que esta tem um peso grande relativamente ao VAB da totalidade das atividades, o que significa que a atividade de serviços contribui, em média, com cerca de 70% do VAB total da região Douro.

Para o cálculo do indicador dos Preços Médios por noite solicitou-se informação para este indicador em regime de Alojamento e Pequeno-almoço, durante o período em estudo, de 1995 a 2009, a quatro unidades hoteleiras, localizadas na região do ADV. As unidades hoteleiras, objeto de estudo, foram: Quinta do Reconco, com 6 quartos; Quinta do Barreiro, com 4 quartos e Quinta da Costa, com 7 quartos, da tipologia de TER e a Pousada Barão de Forrester, com 21 quartos, da tipologia pousada. A capacidade de oferta representa em termos de estabelecimentos, cerca de 13% da oferta média da região e em termos de capacidade de alojamento, pressupondo que os quartos são do tipo duplo, cerca de 76 camas, que correspondem a cerca de 4% da quota de mercado da região do ADV. Relativamente aos dados fornecidos, deve considerar-se que a unidade Quinta do Reconco só forneceu dados para o período de 1999 a 2009, uma vez que só abriu ao público em 1999. As outras duas unidades, Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, facultaram dados desde 1995 a 2009 e a Pousada Barão de Forrester forneceu dados de 2004 a 2009, sendo os dados de 1999 a 2003 estimados e validados pelo diretor da pousada. Na figura 16 apresenta-se a evolução dos preços médios por noite para estas unidades. Como se pode constatar na figura seguinte, neste período registou-se um ligeiro aumento dos preços médios por noite, de ano para ano, nas unidades, Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, até de uma forma idêntica, visto que se trata de unidades hoteleiras que pertencem ao mesmo grupo económico de empresas. Em relação à evolução do preço médio por noite da Quinta do Reconco manteve-se constante ao longo do período em estudo.

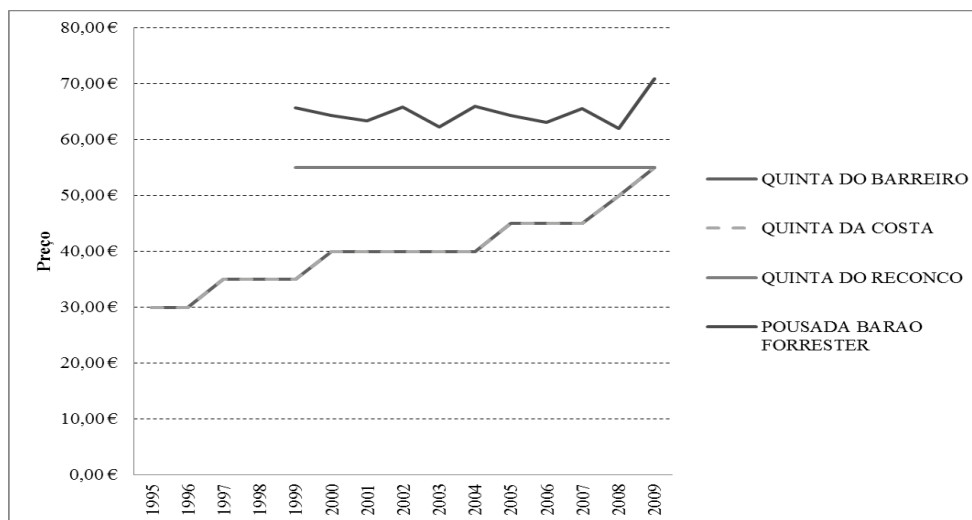


Figura 16: Evolução do Preço Médio por Noite, por unidade hoteleira

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelas unidades hoteleiras consultadas (1995-2009).

Calculou-se ainda a TCMA do preço médio por noite (ver Tabela 6), verificando-se para as unidades Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, para o qual se tem valores para o período de 1995 a 2009, uma variação positiva de 4,42%. Para o período de 1999 a 2009, tendo já valores para as três unidades estudadas, uma variação positiva de 4,62% para Quinta do Barreiro e Quinta da Costa. A Pousada Barão de Forrester exibiu um valor de 0,76%, bastante inferior ao das duas primeiras quintas. Pode observar-se que as médias dos preços médios das quintas do Barreiro e Costa, são inferiores aos da Quinta do Reconco e Pousada, sendo a média do preço médio da pousada muito superior, devido à sua tipologia e público-alvo, como se pode confirmar na Tabela 6.

Na tabela anterior pode ainda observar-se que a TCMA da média dos preços no período em análise foi 2,15%, o que revela um valor relativamente baixo.

Tabela 6: Taxa de Crescimento Médio Anual dos preços médios e das médias dos preços

Unidades Hoteleiras	Média dos Preços Médios/Noite	TCMA (1999-2009)	TCMA da Média dos Preços Médios por Noite
Quinta do Barreiro	43,18 €	4,62%	
Quinta da Costa	43,18 €	4,62%	2,15%
Quinta do Reconco	55,00 €	0,00%	
Pousada Barão Forrester	64,89 €	0,76%	

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelas unidades hoteleiras consultadas (1995-2009).

CONCLUSÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Com o presente trabalho pretendia-se realizar uma análise dinâmica e estrutural do turismo na região do ADV antes e após a classificação de Património Mundial da Humanidade. Para tal, foi necessário analisar



a evolução de alguns indicadores que permitem medir a procura e a oferta turística. Analisaram-se ainda alguns indicadores económico-financeiros, comparando-os com dados a nível nacional, região Norte de Portugal e região Douro, com a finalidade de se averiguar as consequências que, a classificação da região do ADV a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO provocou no desenvolvimento do setor do turismo nesta região. Ainda, era propósito do estudo dar contributos para alertar as entidades oficiais e privadas, responsáveis pelo sector do turismo, no sentido de os ajudar na tomada de decisões para o desenvolvimento, divulgação, promoção, ordenamento e regulamentação do turismo na região.

Deste modo e em relação aos resultados obtidos do tratamento e análise dos dados recolhidos, relativos a alguns indicadores do turismo para esta região, as principais conclusões foram as seguintes:

- Em termos de procura, verificou-se que o n.º de dormidas e de hóspedes, registou um crescimento significativo entre o ano de 1995 e 2000, mas a partir de 2000 inicia-se uma diminuição continua até 2009, o que significa que, apesar da classificação em 2001 de Património Mundial da Humanidade, esta não influenciou estes dois indicadores. Registou-se um ligeiro aumento da taxa média de permanência de 1995 para 2009 (não atingindo ainda assim as 2 noites), apesar da diminuição das dormidas e do n.º de hóspedes. Tais resultados poderão provavelmente estar relacionados com a falta, na região do ADV, de eventos, infraestruturas e entidades privadas ligadas a atividades de lazer, por forma a atrair o turista, fazendo-o permanecer mais tempo na região. A região do ADV apresenta uma grande dependência do mercado nacional, tendo-se observado, porém, um aumento da procura por parte de hóspedes residentes no estrangeiro, nomeadamente na União Europeia e outros países nos últimos anos do estudo, 2008 e 2009. No momento da classificação, em 2001 e anos seguintes, não se verificaram alterações significativas em relação à procura turística, tendo-se registado pequenas oscilações no sentido negativo. Só se observaram picos de procura turística em 2004 e 2007, possivelmente devido à organização do evento do Europeu de Futebol (em 2004), e à presidência da União Europeia, que decorreu durante o ano de 2007.

- Em relação à evolução da receita por aposento, das empresas do setor do turismo, e com as devidas limitações na recolha de dados, uma vez que só foi possível recolher dados relativos ao período de 1999 a 2009 (mesmo assim abrangendo o período da classificação do ADV pela UNESCO), verificou-se um crescimento significativo entre 1995 e 2009 (cerca de 79%) na região do ADV, acompanhando a tendência de crescimento verificada para a região do Norte de Portugal (60%) e na região do Douro (91%), sendo esta fortemente influenciada pela região do ADV. Em termos de TCMA da receita por aposento, constatou-se que houve um ligeiro aumento da receita, refletindo assim o que se concluiu para a procura.

- Relativamente à oferta a região do ADV, de referir que não se verificaram grandes diferenças entre o n.º de estabelecimentos existentes antes e depois da classificação da região do ADV. Observou-se um aumento da capacidade de alojamento entre o ano de 1995 e 2000, havendo pequenas oscilações, pouco significativas, até 2009, de acordo com os dados publicados pelo INE. Observou-se, no entanto que, dos



dados disponibilizados no *site* do Turismo do Douro, existe um número maior de estabelecimentos, sendo neste caso considerados estabelecimentos da tipologia TER, elevando assim a capacidade de alojamento para cerca de 103 estabelecimentos, repartidos pelos 13 concelhos.

- A região do ADV está fortemente dependente dos turistas nacionais uma vez que estes apresentaram um índice de preferência maior do que os estrangeiros. Estes resultados também indicam que as autoridades públicas e a iniciativa privada do setor do turismo terão que envidar mais esforços (e.g., mais campanhas promocionais e outros) para atrair mais turistas externos e que tragam mais valor acrescentado, consumindo e permanecendo mais tempo na região. Por seu turno, registou-se um incremento do índice de saturação turística, desde 1995 até 2000, significando que neste período a importância da região também cresceu, bem como a procura do turismo, em relação à região Norte e Douro, sendo o Douro diretamente afetado com as oscilações do ADV, uma vez que este constitui cerca de 95% da oferta turística dessa região. É de notar que, os valores do índice de saturação tem atingido níveis que podem colocar em alerta as entidades oficiais, ou seja, a promoção do turismo no ADV, o desenvolvimento e os esforços que se tem feito para atração do turismo para a região tem, e deve ser acompanhado pela dotação da região com infraestruturas necessárias e suficientes para evitar que o impacto, quer social, quer ambiental, não seja negativo, provocando insatisfação do turista.

- Em termos macroeconómicos, observou-se para de Portugal, região do Norte de Portugal, região do Douro e ADV, a evolução da constituição de novas empresas do sector da hotelaria – alojamento, restauração e similares, de uma forma crescente, mais concretamente de 1995 a 2005, para todas as regiões. Para isso poderão ter contribuído vários eventos realizados nesse intervalo de datas, tais como, a EXPO98 e o Euro 2004, tal como referem os autores Fernandes, Teixeira, Ferreira e Azevedo (2008), e a classificação do ADV como Património Mundial da Humanidade. De salientar que eventos com promoção internacional, como os referidos anteriormente, são catalisadores de fluxos turísticos (Richards, 1996; Cuccia & Rizzo, 2011); Relativamente ao PIB e VAB (para a região do Douro, o qual dará uma imagem do que se passa do ADV, uma vez que esta significa 95% da oferta do Douro) registou-se um incremento no período analisado, acompanhado pelo aumento do volume de negócios da atividade hoteleira, o que indicia um aumento do peso do turismo na economia da região, assinalando-se nos anos de 2007 a 2009 um aumento bastante significativo. Porém a classificação da região do ADV como Património Mundial da Humanidade não acarretou acréscimos bastante significativos nestes indicadores comparativamente ao período anterior, registou-se apenas um aumento gradual ao longo dos anos.

- Em termos dos preços médios por noite, constatou-se que o preço na tipologia TER era, em média inferior ao da pousada, uma vez que a oferta TER é diferente do da pousada - serão conceitos diferentes e como tal, serviços diferentes. Observou-se, também que, a TCMA relativa à média dos preços médios era muito baixa, apresentando um valor de 2,15%, o que poderá sugerir que as unidades hoteleiras do ADV foram efetuando pequenos ajustes nos preços, para com isso atraírem e cativarem mais a procura pela



região. Estes dados parecem indiciar que não se verificou um efeito causa efeito na evolução dos preços, provocada pela classificação do ADV como Património Mundial da Humanidade.

Em síntese, na região do Douro e mais concretamente no ADV, que tem um potencial turístico enorme, que vai desde o vinho, história, recursos naturais e culturais, há ainda muito a fazer ao nível de alterações legislativas que flexibilizem e facilitem a exploração de alguns recursos naturais que a região apresenta, mais concretamente do rio Douro que, neste momento é só explorado para viagens de barco, que trazem os turistas rio acima, os quais vem já com destinos traçados, visitas programadas a determinados sítios, ficando assim, reféns dos barcos e dos seus programas, não provocando o efeito colateral desejado, que era o do desenvolvimento de novas unidades hoteleiras locais, privadas, e com isso colaborarem para o desenvolvimento da economia local.

A região necessita de inverter a tendência da baixa taxa de permanência, ou seja, uma taxa de permanência inferior a dois dias. Para isso é necessário que exista algo mais do que o vinho para oferecer ao turista, e isso passa pela exploração dos recursos anteriormente mencionados. No sentido de inverter esta situação, podem existir vários planos de ação que, envolveriam entidades públicas e privadas, que se poderiam colocar em prática, para além das já existentes. Assim, poder-se-ia, aproveitando os recursos disponíveis, uma exploração maior do rio Douro e seus afluentes, com promoção de desportos radicais e pesca desportiva. Outro plano seria a criação de vários roteiros que, cada um deles tivesse um tema distinto, podendo ser, um roteiro do vinho, no qual se visitaria vários pontos da região, promovendo a sua divulgação, um roteiro arqueológico, para divulgação do património existente nos diversos concelhos da região, um roteiro arquitetónico e histórico. Estes roteiros necessitariam estar disponíveis nos Postos de Turismo e nas unidades hoteleiras, e juntamente com estes roteiros deveria estar disponível a forma como os realizar, que poderia ser, por exemplo através da rede de táxis existente em cada concelho, envolvendo assim os taxistas que, para o fazerem teriam formação destes roteiros e assim proporcionariam ao turista uma viagem à região (conforme o roteiro) por trajetos típicos, fazendo com que possam ter um contacto com o Douro, com as suas gentes e com a sua cultura. Complementando estas ações, poderiam existir mais eventos a realizar na região, alusivos aos produtos que aqui se produzem e à história que esta região tem. Com estas políticas de intervenção, poder-se-ia ter uma permanência maior do turista no Douro, porque existiria um leque diversificado e diferenciado de atividades que levaria a que os turistas permanecessem mais tempo na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andersson, T., & Lundberg, E. (2013). Commensurability and sustainability: Triple impact assessments of a tourism event. *Tourism Management*, 37, 99-109.
- Andresen, T. (2006). Fundacion Nueva Cultura del Agua. <http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf>. Consultado em 6 de março de 2011.
- CCDR-N. (2008). Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - PDTVD.



- Correia, R. (2005). Marketing Turístico - Uma Abordagem de Rede. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Faculdade de Economia-Universidade do Porto.
- Cuccia, T., & Rizzo, I. (2011). Tourism seasonality in culture destinations: Empirical evidence from Sicily. *Tourism Management*, 32, 589-595.
- Cunha, L. (2001). Introdução ao Turismo. Editorial Verbo. Lisboa.
- Douro, T. (2011). Turismo do Douro. www.douro-turismo.pt. Consultado em 7 de março de 2011.
- DREM. (2006). Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000 2005. Direcção Regional de Estatística da Madeira.
- Fernandes, P., Monte, A., & Castro, J. (2003). A Região Norte de Portugal e a Preferência da Procura Turística: Litoral versus Interior. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 4, 57-73.
- Fernandes, P., Monte, A., Cepeda, F. (2001). Índice de preferência pelos destinos turísticos - região Norte de Portugal. Conferência Internacional CIMAF'2001.
- Fernandes, P., Teixeira, J., Ferreira, J., & Azevedo, S. (2008). Modelling Tourism Demand: A Comparative Study between Artificial Neural Networks and the Box Jenkins Methodology, *Romanian Journal of Economic Forecasting*, 5 (3), 30-50.
- Frechtling, D. (2010). The Tourism Satellite Account-A Primer. *Annals of Tourism Research*, 37 (1), 136-153.
- Getz, D. (2008). *Event tourism: Definition, evolution, and research*. *Tourism Management*, 29, 403-428.
- ICNB. (2001). Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. http://portal.icnb.pt/www.icnb.pt/TurismoNatureza_anexos/PNDI.pdf. Consultado em 8 de outubro de 2011.
- INE. (1995 a 2012). Anuários Estatísticos da Região Norte. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 21 de maio de 2013.
- Padilla, A., & McElroy, J. (2005). The Tourism Penetration Index in Large Islands: The Case of the Dominican Republic. *Journal of Sustainable Tourism*, 13 (4), 353-372.
- Pedrosa, A., & Pereira, A. (2009). A História dos Territórios Durienses inscrita na Paisagem. Um Recurso Produtivo, Turístico e de Geomarketing. In Cardoso, A., Durbiano C., e Gonçalves E., *Enoturismo e Turismo em Espaço Rural, Aphvin/Gehvid e Edições ISMAI, Porto*, 37-76.
- Perafita, A. (2007). Património Imaterial do Douro. Fundação Museu do Douro.
- Pereira, G. (1991). O Douro e o Vinho do Porto. Edições Afrontamento.
- Pereira, G. (2001). O Museu da Região do Douro. Douro, Estudos e Documentos, IV (11), 21-26.
- Richards, G. (1996). Production and Consumption of European Cultural Tourism. *Annals of Tourism Research*, 23 (2), 261-283.
- Rodrigues, L. (2010). Análise Comparativa da Competitividade dos Destinos Turísticos. O caso do Algarve versus Sul de Espanha. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo. Faculdade de Economia-Universidade do Algarve.



III CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO
III INTERNATIONAL CONGRESS ON TOURISM
ESG/IPCA

- Santana-Jimenéz Y., & Hernandez, J. (2011). Estimating the effect of overcrowding on tourist attraction: The case of Canary Islands. *Tourism Management*, 32 (2), 415-425.
- Santos, N., & Fernandes, P. (2011). Modelação e Caracterização da Procura Turística: O Caso da Região Norte de Portugal. *TÉKHNE - Polytechnical Studies Review*, 16 (9), 119-137.
- Seetanah, B. (2011). Assessing the dynamic economic impact of tourism for island economies. *Annals of Tourism Research*, 38 (1), 291-308.
- Sequeira, T., & Nunes, P. (2008). Does tourism influence economic growth? A dynamic panel data approach. *Applied Economics*, 40 (18), 2431-2441.
- Sousa, F. (2002). Centro de Estudos da População Economia e Sociedade. Cepese: <http://cepese.up.pt/ficheiros/13revista.pdf>. Consultado em 2 de dezembro de 2010.
- Stynes, D. (1997). Economic Impacts of Tourism: A Handbook for Tourism Professionals. Editor Vanessa Arnold, Tourism Research Laboratory
- Turismo de Portugal. (2011). Turismo de Portugal, IP in <http://www.turismodeportugal.pt>. Consultado em 27 de dezembro de 2012.
- UNESCO (sd). Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd (sd). World Heritage Status: Is there opportunity for economic gain? Lake District World Heritage Project in <http://www.lakeswhs.co.uk/documents/WHSTheEconomicGainFinalReport.pdf>. Consultado em 1 de fevereiro de 2013.
- UNESCO. (2012). UNESCO World Heritage Center. www.unesco.org. Consultado em 15 de setembro de 2012.
- Vaz, M., & Dinis, A. (2007). Turismo no Litoral versus Turismo no Interior Português. O Destino Turístico Serra da Estrela. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 14, 71-98.